

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhado das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2009		2008		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2009		2008	
CIRCULANTE	545	635	55	43	CIRCULANTE	55	43	55	43
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4).....	10	4	Outras Obrigações (Nota 10b)	55	43				
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5a).....	220	304							
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9f).....	5	7							
Créditos Tributários (Nota 9c).....	310	320	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.225	1.278				
Créditos Securitizados (Nota 6).....	2.700	2.700	Capital Social:						
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6).....	(2.700)	(2.700)	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	3.000	3.000				
NÃO CIRCULANTE	735	686	Prejuízos Acumulados	(1.775)	(1.722)				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	735	686	TOTAL	1.280	1.321				
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9f).....	69	57							
Créditos Tributários (Nota 9c).....	666	629							
TOTAL	1.280	1.321							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
RECEITAS OPERACIONAIS	30	43
Receitas Financeiras	30	43
DESPESAS OPERACIONAIS	110	115
Despesas Tributárias	2	2
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10a).....	108	113
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(80)	(72)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)	27	25
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(53)	(47)
Número de ações	6.000	6.000
Prejuízo Líquido por lote de mil ações em R\$	(8.833,33)	(7.833,33)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(80)	(72)
Ajustes ao Prejuízo Líquido Antes dos Impostos:	(5)	(43)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	(5)	(43)
Prejuízo Ajustado	(85)	(115)
Redução em Títulos e Valores Mobiliários.....	80	75
Redução em Outros Créditos	53	2
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(41)	42
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	6	4
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	6	4
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	-
Início do Exercício.....	10	4
Fim do Exercício	6	4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil

Eventos	Capital			Total
	Social	Prejuízos Acumulados		
Saldos em 31.12.2007	3.000	(1.675)	1.325	
Prejuízo do Exercício.....	-	(47)	(47)	
Saldos em 31.12.2008	3.000	(1.722)	1.278	
Prejuízo do Exercício.....	-	(53)	(53)	
Saldos em 31.12.2009	3.000	(1.775)	1.225	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros tem por objeto única e exclusivamente a aquisição de créditos, vencidos ou vincendos, oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias.

A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. A Administração da Promosec em conjunto com a do conglomerado Bradesco promoverá todas as ações necessárias para realização dos créditos tributários constituídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 (Nota 9c).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 e serão diferentes daquelas vigentes, quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

2.1. Normas e suas interpretações que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais, novas normas e suas interpretações foram aprovadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 e alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas relativas aos pronunciamentos técnicos do CPC de 15 a 43 (exceto os CPCs 34, 41 e 42) e as interpretações ICPC de 01 a 12 são aquelas que poderão, quando aplicáveis, impactar as demonstrações financeiras da empresa.

Nos termos destas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, poderão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

2.2. Uso de estimativas

As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

2.3. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de janeiro de 2010.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações estão registradas pelo valor presente, e as receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.

Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

Os créditos securitizados são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo, e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos securitizados.

f) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Os créditos tributários são calculados sobre as diferenças temporárias às alíquotas demonstradas acima e serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídas.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em valor considerado como suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	10	4
Total de disponibilidades	10	4

(1) Refere-se a depósito bancário à vista. A empresa não apresenta registros com características de equivalentes de caixa.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se a aplicações em Fundo de Investimentos Financeiros no montante de R\$ 220 (2008 - R\$ 304).

a) Classificação por categorias

Títulos (1)	Em 31 de dezembro			
	Valor de mercado/contábil (2)	2009	Valor de custo	2008
Títulos para negociação				
Notas do Tesouro Nacional.....	53	53	-	18
Letras do Tesouro Nacional	3	3	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	146	146	-	207
Debêntures	10	10	-	49
CDB Pós.....	8	8	-	30
Total	220	220	-	304

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos administrados pelo Conglomerado Bradesco foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Fundos de Investimentos.....	25	38
Total	25	38

c) A empresa em 31 de dezembro de 2009 e 2008 não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

6) CRÉDITOS SECURITIZADOS

Representam valores securitizados de operações de créditos oriundas de Instituições Financeiras, efetuadas de acordo com a Resolução nº 2.686 de 26 de janeiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Continua...



Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Saldo dos Créditos Securitizados.....	2.700	2.700
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	(2.700)	(2.700)

7) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2009		2008	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Bancos:				
Banco Bradesco S.A.	10	-	4	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Ordinárias.....	6.000	6.000
Total	6.000	6.000

b) Dividendos

Conforme disposição estatutária aos acionistas está assegurada juros sobre o capital próprio e/ou dividendos que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária.

9) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Resultado antes dos tributos (Imposto de renda e contribuição social)	(80)	(72)
Crédito do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	27	25
Imposto de renda e contribuição social do exercício	27	25

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	4	15
Constituição no exercício sobre base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal.....	23	10
Imposto de renda e contribuição social do exercício	27	25

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS REVISÕES LIMITADAS

Aos Administradores

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

1. Efetuamos revisões limitadas dos balanços patrimoniais da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiram, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras junto aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das demonstrações financeiras, não estamos expressando opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

c) Movimentação/evolução dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2008	Consti-tuição	Realiza-ção	Saldo em 31.12.2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	918	-	-	918
Outras provisões.....	15	19	15	19
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	933	19	15	937
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	16	23	-	39
Total dos créditos tributários	949	42	15	976

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribui-ção social	Imposto de renda	Contribui-ção social	
2010.....	228	82	-	-	310
2011.....	228	82	-	-	310
2012.....	228	82	-	-	310
2013.....	3	1	28	11	43
2014.....	2	1	-	-	3
Total	689	248	28	11	976

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

e) Créditos Tributários

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Companhia, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 906 (2008 - R\$ 899) sendo R\$ 873 (2008 - R\$ 885) de diferenças temporárias e R\$ 33 (2008 - R\$ 14) de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

f) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar referem-se, basicamente, a imposto de renda de exercícios anteriores e imposto retido na fonte sobre aplicações financeiras no montante de R\$ 74 (2008 - R\$ 64).

10) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Despesas Gerais e Administrativas referem-se, basicamente, a despesas com serviços de auditoria externa no montante de R\$ 14 (2008 - R\$ 7) e despesas de Editais e Publicações no montante de R\$ 78 (2008 - R\$ 98);

b) Outras Obrigações referem-se basicamente à provisão de despesas de publicação no montante de R\$ 53 (2008 - R\$ 42).

A DIRETORIA

Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9

3. Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na Nota 1, a empresa possui créditos tributários ativados no montante de R\$ 976 mil, sendo que a realização dos referidos créditos tributários depende do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela administração.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luis Carlos Matias Ramos
Contador
CRC 1SP171564/O-1

Ultra S.A. - Participações

CNPJ nº 54.041.439/0001-91 - NIRE 35.300.105.702

Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora e Local: 24 de fevereiro de 2010, às 10h, na sede social, sita na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 9º andar, na Cidade e Estado de São Paulo. **Presença:** Membros do Conselho de Administração, abaixo assinados. **Deliberações:** 1. Aprovar as demonstrações financeiras, incluindo o balanço patrimonial e o relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009. 2. Aprovar, "ad referendum" da Assembléia Geral Ordinária, a seguinte proposta da Diretoria de destinação do Lucro Líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$ 114.443.382,67 (cento e catorze milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, trezentos e oitenta e dois Reais e sessenta e sete centavos), conforme abaixo: a) R\$ 5.722.169,13 (cinco milhões, setecentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e nove Reais e treze centavos) serão destinados à reserva legal; b) R\$ 40.965.863,99 (quarenta milhões, novecentos e sessenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três Reais e noventa e nove centavos) serão destinados para a conta de lucros acumulados; e c) R\$ 67.755.349,55 (sessenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove Reais e cinquenta e cinco centavos) serão destinados para pagamento de dividendos aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais, dos quais R\$ 29.005.567,68 (vinte e nove milhões, cinco mil, quinhentos e sessenta e sete Reais e sessenta e oito centavos) foram pagos como dividendos intermediários de acordo com a deliberação deste Conselho de 12 de agosto de 2009. O saldo remanescente da parcela dos dividendos ora aprovados, equivalente a R\$ 38.749.781,97 (trinta e oito milhões, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e oitenta e um Reais e noventa e sete centavos) será pago aos acionistas a partir do dia 12 de março de 2010, sem remuneração ou atualização monetária, cabendo aos acionistas titulares de ações ordinárias receber o valor de R\$ 425,45 (quatrocentos e vinte e cinco Reais e quarenta e cinco centavos) por lote de mil ações ordinárias e aos acionistas titulares de ações preferenciais receber o valor de R\$ 468,00 (quatrocentos e sessenta e oito Reais) por lote de mil ações preferenciais. 3. Aprovar as demonstrações financeiras, incluindo o balanço patrimonial e o relatório da administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, da Ultrapar Participações S.A. ("Ultrapar"). 4. Aprovar a destinação do lucro líquido da Ultrapar do período findo em 31 de dezembro de 2009, incluída a destinação de R\$ 278.561.643,80 (duzentos e setenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e três Reais e oitenta centavos) para pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2009. 5. Ratificar a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Ultrapar e a gestão de riscos financeiros da Ultrapar do ano de 2009. 6. Os Conselheiros foram atualizados sobre os projetos estratégicos e de expansão das subsidiárias da Ultrapar. Observações: As deliberações foram aprovadas pela totalidade dos Conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente Ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. aa) **Paulo Guilherme Aguiar Cunha** - Presidente; **Lucio de Castro Andrade Filho**; **Ana Maria Levy Villela Igel**; **Fábio Igel**; **Hélio Marcos Coutinho Beltrão**; **Joyce Igel de Castro Andrade**; **Pedro Wongschowski**; **Rogério Igel**; **José Carlos Guimarães de Almeida**; **Márcia Igel Joppert** - Conselheiros. Declaro que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no Livro próprio. **Paulo Guilherme Aguiar Cunha** - Presidente. Secretária da Fazenda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o Registro sob o número 97.164/10-0 em 18/03/10. Kátia Regina Bueno de Godoy Santos - Secretária Geral.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

CNPJ/MF nº 02.555.926/0001-79 - NIRE 35.300.155.611 - Cia. Aberta

Ata da Reunião do Cons. de Administração realizada em 05/03/2010

1. Data, Hora e Local: Aos 05/03/2010, às 13:00 horas, Rod. Washington Luis (SP 310), Km 216,8, Pista Sul, Itirapina-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do §2º do Art. 11 do Estatuto Social da Centrovias Sistemas Rodoviários S/A ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, Sr. Juan Luis Osuna Gómez e Sr. Felipe Ezquerria Plasencia. Os Srs. Juan Luis Osuna Gómez e Felipe Ezquerria Plasencia participaram da presente Reunião por meio de conferência telefônica, nos termos do § 5º do art. 11 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Presidente: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho; Secretária: Sra. Maria de Castro Michielin. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Manificar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2009, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2009; e **4.3.** Convocar a Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Art. 132 e conforme dispõe o Art. 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2009, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2009, no valor de R\$46.985.831,14, que deverá ser submetida à Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo (i) R\$ 2.070.486,57 equivalente a 4,41% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e do estatuto social da Companhia; (ii) R\$11.228.836,14, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2009, conforme art. 27 do estatuto social da Companhia, sendo que R\$ 5.375.198,09 já foram distribuídos sob a forma de juros sobre capital próprio, em 17/03/2009, 02/06/2009, 30/09/2009 e 21/12/2009, e o montante remanescente, no valor de R\$5.853.638,05, será distribuído conforme deliberado na competente Assembléia Geral Ordinária; e (iii) R\$33.686.508,43 destinados à reserva de lucros; **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para o dia 27/04/2010, às 13:00 horas, na Rod. Washington Luis (SP 310), Km 216,8, Pista Sul, Itirapina-SP. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho e a Sra. Maria de Castro Michielin. Nos termos do § 5º do art. 11 do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros Felipe Ezquerria Plasencia e Juan Luis Osuna Gómez enviaram seus votos por escrito ao Presidente do Conselho que, recebidas as declarações, foi investido em poderes para assinar a ata em seus nomes. Itirapina, 05/03/2010. (ass.) Maria de Castro Michielin - Secretária. Secretária da Fazenda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.023/10-6 em 19/03/2010. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

A Usina Paulista Lavrinhas de Energia S.A. torna público que requereu a CETESB a Licença de Operação da PCH Lavrinhas para geração de hidroeletricidade no rio Paraíba do Sul, à Rodovia Presidente Dutra Km 19,5 sentido SP/RJ, município de Lavrinhas.

VIANORTE S.A.

CNPJ/MF nº 02.366.097/0001-86 - NIRE 35.300.154.207 - Cia. Aberta

Ata da Reunião do Cons. de Administração realizada em 05/03/2010

1. Data, Hora e Local: Aos 05/03/2010, às 09:00 horas, na Rod. Atílio Balbo, km 327,5, s/nº, Sertãozinho-SP. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 2º do Art. 11 do Estatuto Social da Vianorte S/A ("Companhia"), tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho, Sr. Juan Luis Osuna Gómez e Sr. Felipe Ezquerria Plasencia. Os Srs. Juan Luis Osuna Gómez e Felipe Ezquerria Plasencia participaram da presente Reunião por meio de conferência telefônica, nos termos do § 5º do art. 11 do Estatuto Social. **3. Mesa:** Presidente - Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho; Secretária - Sra. Maria de Castro Michielin. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Manificar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2009, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; **4.2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2009; e **4.3.** Convocar a Assembléia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Art. 132 e conforme dispõe o Art. 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram o que segue: **5.1.** Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2009, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; **5.2.** Foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2009, no valor de R\$28.807.377,70, que deverá ser submetida à Assembléia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação, sendo (i) R\$1.440.368,88 equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do estatuto social da Companhia; (ii) R\$6.841.752,20, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2009, conforme art. 27 do estatuto social da Companhia, que será distribuído conforme deliberado na competente Assembléia Geral Ordinária; e (iii) 20.525.256,62 destinados à reserva de lucros; e **5.3.** Foi aprovada a convocação de Assembléia Geral Ordinária da Companhia para o dia 27/04/2010, às 09:00 horas, na Rod. Atílio Balbo, km 327,5, s/nº, Sertãozinho-SP. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Mesa: Sr. José Carlos Ferreira de Oliveira Filho e a Sra. Maria de Castro Michielin. Nos termos do § 5º do art. 11 do Estatuto Social da Companhia, os Conselheiros Felipe Ezquerria Plasencia e Juan Luis Osuna Gómez enviaram seus votos por escrito ao Presidente do Conselho que, recebidas as declarações, foi investido em poderes para assinar a ata em seus nomes. Sertãozinho, 05/03/2010. (ass.) Maria de Castro Michielin - Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 99.021/10-9 em 19/03/2010. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

UTINGÁS ARMazenadora S.A.

CNPJ nº 61.916.920/0001-49 - NIRE 35.300.033.621

Ata de Reunião de Diretoria

Certidão: Secretária da Fazenda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o Registro sob o número 97.163/10-7 em 18/03/10. Kátia Regina Bueno de Godoy Santos - Secretária Geral.





Presidente da Bancoop deve depor após a Semana Santa

Vaccari adia depoimento na CPI

Tesoureiro do PT prefere falar aos senadores acompanhado do advogado, que está fora do País

O tesoureiro do PT e ex-presidente da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo (Bancoop), João Vaccari Neto, encaminhou ofício à CPI das ONGs no Senado solicitando que seu depoimento, marcado

para hoje, fosse adiado. O petista afirma que o seu advogado está nos Estados Unidos e, por essa razão, gostaria que sua ida ao Congresso ocorresse a partir do dia 26. O presidente da CPI, senador Heráclito Fortes (DEM-

PI), adiou o depoimento. "O advogado dele está fora, e ele quer a presença do advogado. Tudo bem. Vamos fazer depois da Semana Santa", disse. A expectativa é que o depoimento de Vaccari seja marcado entre os dias 6 e 7 de abril.

Vaccari deve explicar o suposto esquema de desvio de recursos na Bancoop para campanhas do PT. Na semana passada, a oposição aproveitou um cochilo da base do governo e aprovou a convocação dele. (AE)

Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

CNPJ 04.755.953/0001-10
 Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Osasco, SP 27 de janeiro de 2010.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, acompanhado das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes sobre a Revisão Limitada.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2009	2008		2009	2008
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	545	635	CIRCULANTE	55	43
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 4)	10	4	Outras Obrigações (Nota 10b)	55	43
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5a)	220	304			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9f)	5	7			
Créditos Tributários (Nota 9c)	310	320	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.225	1.278
Créditos Securitizados (Nota 6)	2.700	2.700	Capital Social:		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 6)	(2.700)	(2.700)	- De Domiciliados no País (Nota 8a)	3.000	3.000
NÃO CIRCULANTE	735	686	Prejuízos Acumulados	(1.775)	(1.722)
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	735	686			
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 9f)	69	57	TOTAL	1.280	1.321
Créditos Tributários (Nota 9c)	666	629			
TOTAL	1.280	1.321			

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2009	2008	
RECEITAS OPERACIONAIS	30	43	
Receitas Financeiras	30	43	
DESPESAS OPERACIONAIS	110	115	
Despesas Tributárias	2	2	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 10a)	108	113	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(80)	(72)	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 9a)	27	25	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(53)	(47)	
Número de ações	6.000	6.000	
Prejuízo Líquido por lote de mil ações em R\$	(8.833,33)	(7.833,33)	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - Em Reais mil			
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Eventos			
Saldos em 31.12.2007	3.000	(1.675)	1.325
Prejuízo do Exercício	-	(47)	(47)
Saldos em 31.12.2008	3.000	(1.722)	1.278
Prejuízo do Exercício	-	(53)	(53)
Saldos em 31.12.2009	3.000	(1.775)	1.225

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	Exercícios findos em 31 de dezembro		
	2009	2008	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(80)	(72)	
Ajustes ao Prejuízo Líquido Antes dos Impostos:	(5)	(43)	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Liquidas	(5)	(43)	
Prejuízo Ajustado	(85)	(115)	
Redução em Títulos e Valores Mobiliários	80	75	
Redução em Outros Créditos	53	2	
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(41)	42	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1)	-	
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	6	4	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	6	4	
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	-	
Início do Exercício	4	-	
Fim do Exercício	10	4	
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	6	4	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL
 A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros tem por objeto única e exclusivamente a aquisição de créditos, vencidos ou vincendos, oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, companhias hipotecárias.
 A Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. A Administração da Promosec em conjunto com a do conglomerado Bradesco promoverá todas as ações necessárias para realização dos créditos tributários constituídos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009 (Nota 9c).

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas, quando aplicáveis, às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que incluem os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).
 As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 e serão diferentes daquelas vigentes, quando aplicáveis, na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

2.1. Normas e suas interpretações que ainda não estão em vigor
 Dentro do processo de convergência com as normas internacionais, novas normas e suas interpretações foram aprovadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em 1º de janeiro de 2010 e alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil. As normas relativas aos pronunciamentos técnicos do CPC de 15 a 43 (exceto os CPCs 34, 41 e 42) e as interpretações ICPD de 01 a 12 são aquelas que poderão, quando aplicáveis, impactar as demonstrações financeiras da empresa.
 Nos termos destas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, poderão ser reapresentadas para fins de comparação, quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A empresa não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

2.2. Uso de estimativas
 As demonstrações financeiras incluem, quando aplicável, práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e previsões.
2.3. Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras
 A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de janeiro de 2010.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS
a) Moeda funcional
 As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação adotada pela empresa.
b) Apuração do resultado
 O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações estão registradas pelo valor presente, e as receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia.
c) Caixa e equivalentes de caixa
 Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional.
d) Títulos e valores mobiliários
 Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários;
 Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e) Ativos e passivos
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária.
 Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). Os créditos securitizados são inicialmente registrados ao seu custo de aquisição, sendo mantidos sem qualquer atualização. Por ocasião do recebimento de qualquer parcela dos créditos adquiridos, esta é deduzida do custo de aquisição até o limite do mesmo, e o eventual valor excedente é reconhecido como resultado de créditos securitizados.

f) Imposto de renda e contribuição social
 A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
 Os créditos tributários são calculados sobre as diferenças temporárias às alíquotas demonstradas acima e serão realizados quando da utilização e reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídas.
 De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa
 A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em valor considerado como suficiente pela administração para cobrir prováveis perdas e leva em conta a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
	Em 31 de dezembro	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional (1)	10	4
Total de disponibilidades	10	4

(1) Refere-se a depósito bancário à vista. A empresa não apresenta registros com características de equivalentes de caixa.

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
 Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se a aplicações em Fundo de Investimentos Financeiros no montante de R\$ 220 (2008 - R\$ 304).

a) Classificação por categorias				
	2009		2008	
	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos (1)				
Títulos para negociação				
Notas do Tesouro Nacional	53	53	-	18
Letras do Tesouro Nacional	3	3	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	146	146	-	207
Debêntures	10	10	-	49
CDB Pós	8	8	-	30
Total	220	220	-	304

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimentos administrados pelo Conglomerado Bradesco foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras e no caso de operações compromissadas pelos respectivos papéis que estão lastreadas as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos; e
 (2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas.

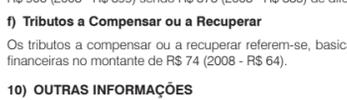
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS REVISÕES LIMITADAS

Aos Administradores
Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

1. Efetuamos revisões limitadas dos balanços patrimoniais da Promosec Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras.
 2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiram, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras junto aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das demonstrações financeiras, não estamos expressando opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

3. Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
 4. Conforme mencionado na Nota 1, a empresa possui créditos tributários ativamente no montante de R\$ 976 mil, sendo que a realização dos referidos créditos tributários depende do sucesso das medidas que estão sendo tomadas pela administração.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010



Auditor Independente
 CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
 Contador
 CRC 1SP171564/O-1

A DIRETORIA
 Marco Antonio Cunha de Santana – Contador – CRC 1SP200234/O-9